



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
GABINETE DO COMANDO**

FL. Nº _____

Visto

DECISAO RDC 04/2022/CBMPA- AUTORIDADE COMPETENTE

Após análise da decisão da presidente titular, o Cap QOBM Clebson **Luiz** Costa da Silva, referente ao recurso impetrado ao resultado do RDC Eletrônico nº 004/2022-CBMPA, cujo objeto é a REFORMA E AMPLIAÇÃO DO BLOCO OPERACIONAL E ACOMODAÇÕES DO COMANDO GERAL, inicialmente cabe citar os atos até aqui consignados: A fase externa teve início em 15/05/2022 e, neste ato, o processo licitatório contava com as peças e condições requeridas para tal; não houve registro de impugnações, porém houve um pedido de esclarecimentos, consignados nos autos e em campo próprio no sistema compasnet; Processada a fase de lances, de julgamento de propostas e de habilitação, foi manifestada intenção de recorrer pela empresa CORTÊS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 19.661.427/0001-69, ao resultado proferido pelo presidente responsável em 25/05/2022 quando da aceitação da proposta da empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA, CNPJ 18.409.453/0001-05 para o item 1 do certame supramencionado;

Analísado o caso, fora decido o primeiro recurso deste RDC, o qual culminou com o RETORNO A FASE DE JULGAMENTO DE PROPOSTA, oportunizando o ajuste da proposta da licitante Construmaz Construtora LTDA. Fato que paralelamente a primeira fase recursal deste certame, a recorrente impetrou denúncia junto ao RDC 03/2022-CBMPA, com a alegação de possível caracterização de conluio e suposta interligação de endereços e funcionários em comum caracterizando assim, em tese, formação de grupo econômico para burlar licitações por parte da recorrida e, na oportunidade foram realizadas diligências pela CPL/CBMPA e emitido o parecer jurídico nº 150/2022/COJ/CBMPA, o qual concluiu que a denúncia não prosperava não sendo caracterizado então o conluio e/ou fraude à licitação; Feito o devido registro nos autos deste certame por parte do presidente, fora iniciada então à fase de habilitação e habilitada a empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP, inscrita no CNPJ 18.409.353/0001-05. Passado a demais atos, foi manifestada intenção de recorrer pela empresa L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA, inscrita no CNPJ 06.336.443/0001-34 (mesma que impetrou no RDC 03/2022-CBM), ao resultado proferido pelo presidente responsável em 13/07/2022 quando habilitou a empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP, inscrita no CNPJ 18.409.353/0001-05, com ponderações no que tange à habilitação (com idêntico teor a denúncia impetrada). Registre-se ainda que não participou do certame (RDC nº 004/2022/CBMPA) a empresa ATITUDE CONSTRUTORA EIRELI, CNPJ 03.478.057/0001-99, tampouco a empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ: 09.097.907/0001-95.

Neste sentido, até aqui orientado sobre os principais pontos que merecem destaque para facilitar a compreensão desta decisão, tendo por base os fatos e documentos que culminaram até este ato, os argumentos utilizados pela recorrente e recorrida, o entendimento pela ocorrência da ampla defesa e

FL. Nº _____
Visto _____



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

do contraditório, e ainda, que já houve manifestação jurídica deste órgão nos autos, diligências realizadas após o recebimento da denúncia e durante a fase recursal.

Dos questionamentos impetrados pela recorrente temos que:

- a) Procuração outorgada ao Sr. Marcello Pinto Bezerra com plenos poderes para administrar a empresa Construmaz Construtora LTDA EPP;
- b) Coincidência de endereços (M P B Engenharia e Comércio LTDA, Construmaz Construtora LTDA EPP e residência do Sr. Marcello Pinto Bezerra);
- c) Sr. Marcos Alby Machado de Miranda (sócio administrador da empresa Atitude Construtora Eireli) como testemunha no processo que responde a empresa M P B Engenharia e Comércio LTDA;
- d) Funcionários em comum (Construmaz Construtora LTDA EPP e Atitude Construtora Eireli);
- e) Formação de grupo econômico com requisição de somatório de receitas entre as empresas Construmaz Construtora LTDA EPP e Atitude Construtora Eireli;
- f) Atuação em conluio na licitação RDC nº 003/2022/CBMPA (M P B Engenharia e Comércio LTDA, Construmaz Construtora LTDA EPP e Atitude Construtora Eireli).

Em resposta aos questionamentos supracitados, este ordenador de despesas corrobora do entendimento firmado no parecer jurídico nº 150/2022/CBMPA para o caso em tela e com a decisão da presidente da comissão, para tanto temos que:

Quanto ao item “a” considerando que o Sr. Marcello Pinto Bezerra figura como sócio administrador da empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, que o mesmo responde a ação penal (em primeira instância), temos que não há óbice jurídico que impeça que o mesmo seja administrador não sócio da empresa Construmaz Construtora LTDA EPP.

Quanto ao item “b” que trata da interligação de endereços este ordenador entende como válida as diligências realizadas quanto ao endereço atual do Sr. Marcello (Belém-Pará) que destoa do endereço das empresas supracitadas (M P B Engenharia e Comércio LTDA e Construmaz Construtora LTDA EPP) e, que não vislumbra irregularidade na coincidência de endereços entre as empresas e, que inclusive a empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA consta como inapta.

Quanto ao item “c” que questiona o fato do Sr. Marcos Alby Machado de Miranda, sócio administrador da empresa Atitude, ser testemunha no processo pelo qual o Sr. Marcello responde em nome da empresa M P B Engenharia e Comércio LTDA, neste caso, considerando os termos do Código de Processo Penal, Decreto Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941, artigos 202 e 203, trata-se de matéria bem definida, e é expresso em prever que qualquer pessoa poderá ser testemunha.

Quanto ao item “d” que trata de informação quanto às empresas Construmaz Construtora LTDA EPP e Atitude Construtora Eireli possuírem funcionários em comum, este ordenador vislumbra como indiscutível diligência realizada levando aos autos a relação de funcionários (GFIP-SEFIP)



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
GABINETE DO COMANDO**

FL. Nº _____

Visto _____

expedida pelo Ministério da Fazenda, de ambas as empresas, e verificado que à época do processo licitatório não há funcionário em comum entre as empresas supracitadas.

Quanto ao item “e” que faz menção à formação de grupo econômico entre as empresas Construmaz Construtora LTDA EPP e Atitude Construtora Eireli, requerendo assim uma análise em que se realize o somatório de receitas dessas empresas, e com base nisso a aplicação do entendimento de que as mesmas emitiram declaração falsa quanto as suas condições de EPP (Empresa de Pequeno Porte); este ordenador ratifica o entendimento que se vislumbra nos autos, que não há qualquer comprovação de que as empresas CONTRMAZ CONTRUTORA LTDA EPP e ATITUE CONTRUTORA EIRELI formam um grupo econômico, logo não havendo o que se falar em emissão de declaração falsa, tampouco em somatório de receitas entre tais empresas, uma vez que consta no cartão do CNPJ e contrato social das referidas empresas a condição de EPP, bem como que os balanços patrimoniais corroboram para esse entendimento.

Quanto ao item “f” que relata atuação em conluio no RDC nº 004/2022/CBMPA entre as empresas M P B Engenharia e Comércio LTDA, Construmaz Construtora LTDA EPP e Atitude Construtora Eireli; esta autoridade vislumbra que tal argumentação não se sustenta, uma vez que as diligências realizadas, pareceres emitidos e decisão do presidente corroboram para o entendimento de que até o presente momento inexistente prova que leve a qualquer comprovação de conluio entre as empresas acima citadas. Corrobora para esse entendimento as empresas possuírem diferentes endereços, sócios, telefones, e-mails, constas bancárias e ainda não compartilharem funcionários, contrariando taxativamente o que fora levantado nas alegações da recorrente.

Diante de todo o exposto, esta autoridade competente **CONHECE AS RAZÕES DO RECURSO APRESENTADO**, para o mérito, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, decidindo pela improcedência total das razões apresentadas pela licitante L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA, inscrita no CNPJ 06.336.443/0001-34, para o item 01 do Edital do RDC nº 04/2022 - CBMPA, decidindo por **CONCORDAR** com a decisão proferida pelo Presidente do RDC nº 04/2022- CBMPA, e assim, manter a decisão que considerou habilitada a empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP, inscrita no CNPJ 18.409.353/0001-05.

É a decisão.

Belém-Pará, 03 de agosto de 2022.

**HAYMAN APOLO
GOMES DE**

SOUZA:26470772234

Hayman Apolo Gomes de Souza – CEL QOBM

Assinado de forma digital
por HAYMAN APOLO
GOMES DE

SOUZA:26470772234

Comandante Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil/ Ordenador de Despesas

ESPECIALIZADOS LTDA, inscrita no CNPJ 06.336.443/0001-34, para o item 01 do Edital do RDC nº 04/2022 - CBMPA, decidindo por manter a decisão que considerou habilitada a empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP, inscrita no CNPJ 18.409.353/0001-05. 9.2. Nos termos do art. 9º inciso VI e art. 49 §2º do Decreto Estadual nº 1.974/2018 encaminho os autos à autoridade competente a quem competirá decidir em 05 (cinco) dias úteis, contados do seu recebimento. 9.3. É a decisão. Belém-Pará, 02 de agosto de 2022. CLEBSON LUIZ COSTA DA SILVA – CAP QOBM Presidente do RDC nº 04/2022-CBMPA

Decisão da Autoridade Competente: Não Procede

CPF da Autoridade Competente: 26470772234

Data/Hora: 03/08/2022 13:59

Fundamentação da Autoridade Competente: DECISÃO RDC 04/2022/CBMPA- AUTORIDADE COMPETENTE

Após análise da decisão da presidente titular, o Cap QOBM Clebson Luiz Costa da Silva, referente ao recurso impetrado ao resultado do RDC Eletrônico nº 004/2022-CBMPA, cujo objeto é a REFORMA E AMPLIAÇÃO DO BLOCO OPERACIONAL E ACOMODAÇÕES DO COMANDO GERAL, inicialmente cabe citar os atos até aqui consignados: A fase externa teve início em 15/05/2022 e, neste ato, o processo licitatório contava com as peças e condições requeridas para tal; não houve registro de impugnações, porém houve um pedido de esclarecimentos, consignados nos autos e em campo próprio no sistema comprasnet; Processada a fase de lances, de julgamento de propostas e de habilitação, foi manifestada intenção de recorrer pela empresa CORTÊS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 19.661.427/0001-69, ao resultado proferido pelo presidente responsável em 25/05/2022 quando da aceitação da proposta da empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA, CNPJ 18.409.453/0001-05 para o item 1 do certame supramencionado; Analisado o caso, fora decidido o primeiro recurso deste RDC, o qual culminou com o RETORNO A FASE DE JULGAMENTO DE PROPOSTA, oportunizando o ajuste da proposta da licitante Construmaz Construtora LTDA. Fato que paralelamente a primeira fase recursal deste certame, a recorrente impetrou denúncia junto ao RDC 03/2022-CBMPA, com a alegação de possível caracterização de conluio e suposta interligação de endereços e funcionários em comum caracterizando assim, em tese, formação de grupo econômico para burlar licitações por parte da recorrida e, na oportunidade foram realizadas diligências pela CPL/CBMPA e emitido o parecer jurídico nº 150/2022/COJ/CBMPA, o qual concluiu que a denúncia não prosperava não sendo caracterizado então o conluio e/ou fraude à licitação; Feito o devido registro nos autos deste certame por parte do presidente, fora iniciada então à fase de habilitação e habilitada a empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP, inscrita no CNPJ 18.409.353/0001-05. Passado a demais atos, foi manifestada intenção de recorrer pela empresa L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA, inscrita no CNPJ 06.336.443/0001-34 (mesma que impetrou no RDC 03/2022-CBM), ao resultado proferido pelo presidente responsável em 13/07/2022 quando habilitou a empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP, inscrita no CNPJ 18.409.353/0001-05, com ponderações no que tange à habilitação (com idêntico teor a denúncia impetrada). Registre-se ainda que não participou do certame (RDC nº 004/2022/CBMPA) a empresa ATITUDE CONSTRUTORA EIRELI, CNPJ 03.478.057/0001-99, tampouco a empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ: 09.097.907/0001-95. Neste sentido, até aqui orientado sobre os principais pontos que merecem destaque para facilitar a compreensão desta decisão, tendo por base os fatos e documentos que culminaram até este ato, os argumentos utilizados pela recorrente e recorrida, o entendimento pela ocorrência da ampla defesa e do contraditório, e ainda, que já houve manifestação jurídica deste órgão nos autos, diligências realizadas após o recebimento da denúncia e durante a fase recursal. Dos questionamentos impetrados pela recorrente temos que: a) Procuração outorgada ao Sr. Marcello Pinto Bezerra com plenos poderes para administrar a empresa Construmaz Construtora LTDA EPP; b) Coincidência de endereços (M P B Engenharia e Comércio LTDA, Construmaz Construtora LTDA EPP e residência do Sr. Marcello Pinto Bezerra); c) Sr. Marcos Alby Machado de Miranda (sócio administrador da empresa Atitude Construtora Eireli) como testemunha no processo que responde a empresa M P B Engenharia e Comércio LTDA; d) Funcionários em comum (Construmaz Construtora LTDA EPP e Atitude Construtora Eireli); e) Formação de grupo econômico com requisição de somatório de receitas entre as empresas Construmaz Construtora LTDA EPP e Atitude Construtora Eireli; f) Atuação em conluio na licitação RDC nº 003/2022/CBMPA (M P B Engenharia e Comércio LTDA, Construmaz Construtora LTDA EPP e Atitude Construtora Eireli). Em resposta aos questionamentos supracitados, este ordenador de despesas corrobora do entendimento firmado no parecer jurídico nº 150/2022/CBMPA para o caso em tela e com a decisão da presidente da comissão, para tanto temos que: Quanto ao item "a" considerando que o Sr. Marcello Pinto Bezerra figura como sócio administrador da empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, que o mesmo responde a ação penal (em primeira instância), temos que não há óbice jurídico que impeça que o mesmo seja administrador não sócio da empresa Construmaz Construtora LTDA EPP. Quanto ao item "b" que trata da interligação de endereços este ordenador entende como válida as diligências realizadas quanto ao endereço atual do Sr. Marcello (Belém-Pará) que destoa do endereço das empresas supracitadas (M P B Engenharia e Comércio LTDA e Construmaz Construtora LTDA EPP) e, que não vislumbra irregularidade na coincidência de endereços entre as empresas e, que inclusive a empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA consta como inapta. Quanto ao item "c" que questiona o fato do Sr. Marcos Alby Machado de Miranda, sócio administrador da empresa Atitude, ser testemunha no processo pelo qual o Sr. Marcello responde em nome da empresa M P B Engenharia e Comércio LTDA, neste caso, considerando os termos do Código de

Processo Penal, Decreto Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941, artigos 202 e 203, trata-se de matéria bem definida, e é expresso em prever que qualquer pessoa poderá ser testemunha. Quanto ao item “d” que trata de informação quanto às empresas Construmaz Construtora LTDA EPP e Atitude Construtora Eireli possuírem funcionários em comum, este ordenador vislumbra como indiscutível diligência realizada levando aos autos a relação de funcionários (GFIP-SEFIP) expedida pelo Ministério da Fazenda, de ambas as empresas, e verificado que à época do processo licitatório não há funcionário em comum entre as empresas supracitadas. Quanto ao item “e” que faz menção à formação de grupo econômico entre as empresas Construmaz Construtora LTDA EPP e Atitude Construtora Eireli, requerendo assim uma análise em que se realize o somatório de receitas dessas empresas, e com base nisso a aplicação do entendimento de que as mesmas emitiram declaração falsa quanto as suas condições de EPP (Empresa de Pequeno Porte); este ordenador ratifica o entendimento que se vislumbra nos autos, que não há qualquer comprovação de que as empresas CONTRMAZ CONTRUTORA LTDA EPP e ATITUE CONTRUTORA EIRELI formam um grupo econômico, logo não havendo o que se falar em emissão de declaração falsa, tampouco em somatório de receitas entre tais empresas, uma vez que consta no cartão do CNPJ e contrato social das referidas empresas a condição de EPP, bem como que os balanços patrimoniais corroboram para esse entendimento. Quanto ao item “f” que relata atuação em conluio no RDC nº 004/2022/CBMPA entre as empresas M P B Engenharia e Comércio LTDA, Construmaz Construtora LTDA EPP e Atitude Construtora Eireli; esta autoridade vislumbra que tal argumentação não se sustenta, uma vez que as diligências realizadas, pareceres emitidos e decisão do presidente corroboram para o entendimento de que até o presente momento inexistente prova que leve a qualquer comprovação de conluio entre as empresas acima citadas. Corroboram para esse entendimento as empresas possuírem diferentes endereços, sócios, telefones, e-mails, constas bancárias e ainda não compartilham funcionários, contrariando taxativamente o que fora levantado nas alegações da recorrente. Diante de todo o exposto, esta autoridade competente CONHECE AS RAZÕES DO RECURSO APRESENTADO, para o mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, decidindo pela improcedência total das razões apresentadas pela licitante L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA, inscrita no CNPJ 06.336.443/0001-34, para o item 01 do Edital do RDC nº 04/2022 - CBMPA, decidindo por CONCORDAR com a decisão proferida pelo Presidente do RDC nº 04/2022- CBMPA, e assim, manter a decisão que considerou habilitada a empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP, inscrita no CNPJ 18.409.353/0001-05. É a decisão. Belém-Pará, 03 de agosto de 2022. Hayman Apolo Gomes de Souza – CEL QOBM Comandante-Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil Ordenador de Despesas

[Voltar](#)